

REQUERIMENTO Nº DE 2009.
(Do Sr. Bruno Araújo)

Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para debater as mudanças que se pretende introduzir com a Proposta de Emenda à Constituição nº 122/2007.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 255 a 258 do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados para Reunião de Audiência Pública os Ministro de Minas e Energia - Edison Lobão, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann; o diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva; o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves; o presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Alfredo Tranjan Filho; e um representante do Ministério do Meio Ambiente, para debaterem as mudanças que se pretende introduzir com a Proposta de Emenda à Constituição nº 122/2007.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta prevê o fim do monopólio do governo na construção e na operação de reatores nucleares que produzam energia elétrica, abrindo o mercado para empresas com pelo menos 70% de capital nacional.

A iniciativa já enfrenta resistência de parlamentares e entidades ligadas ao meio ambiente e da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás responsável pela construção e operação das usinas nucleares do país, que estão localizadas em Angra dos Reis, litoral do Rio de Janeiro.

Autor da PEC 122/07, o deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) argumenta que, se as empresas privadas não entrarem no ramo, em poucos anos o Brasil será vítima de um “apagão energético”, tendo em vista que o consumo de energia elétrica no Brasil é crescente e que mais de 90% da energia produzida no país provêm de usinas hidrelétricas (que dependem das chuvas).

Hoje as usinas Angra 1 e Angra 2, já concluídas, são responsáveis por apenas 3,5% da energia produzida no país. Kaefer defende que é preciso retomar as obras da usina de Angra 3, paralisadas há quase duas décadas. “Essa estagnação representa aos cofres públicos R\$ 20 milhões anuais em gastos com manutenção, dinheiro jogado fora e sem perspectiva de retorno”, afirma.

O processo mais comum de obtenção de energia elétrica, a partir da energia nuclear, é a fissão (quebra) do núcleo de um átomo, geralmente do elemento químico urânio, que libera uma grande quantidade de energia. As usinas nucleares detêm a estrutura para o controle e o armazenamento dessa energia liberada.

Estado regulador

Kaefer reclama que o governo “não tem recursos” para aplicar na área da energia nuclear. Para o parlamentar, o Estado deve concentrar suas aplicações em áreas como saúde, educação e segurança.

Entretanto, o congressista faz uma ressalva. “Uma coisa é permitir que a iniciativa privada participe. Mas o controle do material nuclear sempre terá de ser feito pelo Estado”, avalia. O deputado propõe que um órgão independente se dedique exclusivamente à atividade de regulação do setor. A preocupação se deve ao fato de que países ou grupos internacionais possam utilizar o urânio para a fabricação de armas nucleares.

O parlamentar avalia que a produção de energia nuclear é segura, uma vez que o volume do chamado “lixo nuclear” é pequeno e será armazenado em locais adequados. Os resíduos da atividade nuclear necessitam ficar isolados e armazenados em recipientes especiais por muitos anos. Dependendo da radioatividade do elemento, o armazenamento pode se entender por milhares de anos.

De acordo com Kaefer, atualmente, o nível de segurança das instalações especializadas em receber o lixo nuclear é muito grande nos países desenvolvidos. “Se vier uma bomba atômica, não explode o depósito”, afirmou, citando o caso dos Estados Unidos.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009.

Deputado **BRUNO ARAÚJO**
PSDB/PE